

HISTÓRIA DAS MESTIÇAGENS NO BRASIL

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Júlio Cesar Torres

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Maurício Funcia de Bonis

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Ricardo D'Elia Matheus

Sílvia Maria Azevedo

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

Mary del Priore
Gian Melo
(Orgs.)

HISTÓRIA DAS MESTIÇAGENS NO BRASIL

© 2026 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3116-1580

<https://editoraunesp.com.br/>

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

H673 História das mestiçagens no Brasil / organizado por Mary del Priore,
Gian Melo. – São Paulo: Editora Unesp, 2026.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-342-4

I. História. 2. História social. 3. Brasil. 4. História do Brasil. 5. Miscigenação. I. Priore, Mary del. II. Melo, Gian. III. Título.

2026-1909

CDD 981

CDU 94(81)

Editora afiliada:


Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe

 **EDITORA
ASSOCIADA
À ABEU**
abeu.org.br

Sumário

Apresentação.	9
Capítulo 1 Por que uma história das mestiçagens no Brasil? <i>Mary del Priore e Gian Melo</i>	15
Capítulo 2 Um mestiço do Novo Mundo: global e local em Tlaxcala (México) no século XVI. <i>Serge Gruzinski</i>	31
Capítulo 3 Dinâmicas amazônicas de mestiçagem (séculos XVII e XVIII) <i>Rafael Chambouleyron e Karl Heinz Arenz</i>	43
Capítulo 4 O processo de caboclicização na Amazônia: dinâmicas sociais e comerciais no século XVIII. <i>Décio de Alencar Guzmán</i>	67
Capítulo 5 O clero mestiço nos trópicos: franciscanos e padres seculares em uma sociedade pluriétnica (Pernambuco e Maranhão, do século XVII ao XVIII). <i>Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz e Marcos Antonio de Almeida</i>	81

Capítulo 6	Histórias <i>brasilas</i> : formação das famílias mestiças no Brasil colonial.	105
	<i>Gian Melo e Igor Bruno Cavalcante dos Santos</i>	
Capítulo 7	Brasil: mulatos (quase) brancos.	135
	<i>Roberto Guedes</i>	
Capítulo 8	O vocabulário das mestiçagens e das distinções e o mundo do trabalho na Ibero-América – séculos XVI-XVIII . . .	163
	<i>Eduardo França Paiva</i>	
Capítulo 9	Nossa língua brasileira, o que ela nos diz da África. . . .	189
	<i>Yeda Pessoa de Castro</i>	
Capítulo 10	Uma família parda que traficava escravizados: a trajetória de Francisco Gomes da Fonseca e de José Gomes da Fonseca no Pernambuco setecentista	205
	<i>Suely C. Cordeiro de Almeida e Janaína dos Santos Bezerra</i>	
Capítulo 11	Uma reflexão sobre as mestiçagens nos sertões do Norte a partir da trajetória da família de Emerenciana de Jesus, cabra, forra, solteira, moradora na freguesia do Seridó (séculos XVIII-XIX)	227
	<i>Helder Alexandre Medeiros de Macedo</i>	
Capítulo 12	Um “mulatinho mais cabra do q’ pardo”: mestiçagens no Rio de Janeiro, século XIX	261
	<i>Jonis Freire</i>	
Capítulo 13	O poeta João de Brito e o drama da mestiçagem na Bahia	287
	<i>Lizir Arcanjo Alves</i>	
Capítulo 14	Os limites da mestiçagem: “escravos brancos” no Brasil imperial	317
	<i>Hendrik Kraay</i>	
Capítulo 15	Sob o peso da pele: mestiçagem intelectual, revistas ilustradas e agremiações culturais na Primeira República . . .	343
	<i>Jeferson Augusto da Cruz</i>	

Capítulo 16	Culinária e mestiçagem: Entre mesas fartas e rotas da farinha de mandioca	369
	<i>Amâncio Cardoso e Samuel Albuquerque</i>	
Capítulo 17	O paradoxo do mal-estar das mestiçagens na sociedade mestiça brasileira	381
	<i>Alípio de Sousa Filho</i>	
	Referências bibliográficas.	415
	Sobre os autores.	457



Apresentação

Que lugar o mestiço e a mestiçagem ocupam na construção histórica do Brasil? Uma pergunta que não pode deixar de ser feita, e cuja resposta se torna mais necessária a cada dia. A coletânea *História das mestiçagens* foi pensada com esse desejo de encontrar respostas. Reunindo artigos de diferentes autores, é uma obra que deseja contribuir para o debate, oferecendo um olhar plural sobre os encontros e desencontros entre povos originários, africanos, europeus e seus descendentes, que forjaram o Brasil desde o período colonial. Nesta coletânea, muitas são as narrativas que abarcam diferentes aspectos de nossa sociedade. São textos que abordam temas sobre a cultura, identidade, conflitos, resistências, agências, experiências e formas de convivência que marcaram e ainda marcam o processo das mestiçagens biológica e cultural na América e, particularmente, no Brasil.

Com base em pesquisas que contam com fontes diversas, oriundas de acervos locais e internacionais, os artigos buscam, através de uma linguagem acessível, aproximar o público leitor do conhecimento histórico. Os textos escritos em *História das mestiçagens* são, antes de tudo, um convite

para a reflexão sobre quem somos como sociedade. Em tempos de revisões históricas e debates sobre negritude, branquitude e pardismo, compreender as múltiplas raízes do Brasil é algo essencial para pensarmos no agora e no amanhã, com mais equidade, respeito e pluralidade. Assim, poderemos compreender melhor as complexidades da formação social e cultural do povo brasileiro.

Nos textos que seguem, vários são os espaços territoriais a serem percorridos no Brasil e na América. Para basear nossa compreensão, Mary del Priore e Gian Melo partem de um ensaio que busca conceituar a mestiçagem e entendê-la como um fenômeno histórico, político e cultural. Tal fenômeno é pensado como algo fruto da “experiência vivida”, cheio de contradições, ambiguidades e contextos históricos diversos. Afinal, como lembram os autores, a mestiçagem existiu como uma prática colonial, cheia de tensões, violências, mas também de acomodações e adequações aos projetos políticos de cada época.

Partindo da compreensão na América espanhola no século XVI, o autor Serge Gruzinski, pesquisador que tem influenciado várias gerações de estudos sobre o tema da mestiçagem, nos mostra como o mestiço era percebido como um indivíduo ambíguo. Em sua narrativa, a mestiçagem é um fenômeno que equilibra tensões, sendo um lugar que serviria para transgressão e para acomodação no contexto da América colonial. O mestiço no contexto do século XVI funcionaria como um mediador entre mundos e saberes distintos. Algo que também pode ser refletido no artigo de Rafael Chamboleyron e Karl Arenz, que mostram como as interações entre indígenas, africanos e europeus permearam a região amazônica no contexto colonial. Os autores propõem que as mestiçagens devem ser observadas a partir das regiões, o que possibilita uma compreensão das especificidades de cada localidade.

Ainda na Amazônia, Décio Guzmán destaca o processo de caboclicização, um fenômeno específico da região que estaria ligado à adaptação dos povos originários ao sistema colonial. Tal processo não é restrito à esfera biológica, abrangendo a cultura como algo fluido e em transformação. Assim, a caboclicização funcionaria como parte da lógica colonial, que também era subvertida através das resistências e adaptações

dos povos indígenas. Nesse contexto inicial, não podemos esquecer o papel do clero e da Igreja católica que desembarcou no Brasil desde o século XVI. Sua presença foi estudada por Marcos Almeida e Pollyanna Muniz, que observaram contextos distintos entre dois Brasis, um olhar entre Pernambuco e o Maranhão nos séculos XVII e XVIII, espaços ocupados por franciscanos e padres seculares. Um clero que tem sua origem na pluralidade étnica da sociedade, que, dentro do seio da Igreja, demarcava as tensões sociais entre os filhos da terra, indígenas e mestiços.

A formação familiar foi o tema apresentado por Gian Melo e Igor Santos. Em um diálogo entre o litoral e o interior do território, os autores mostram como as múltiplas formas de organizações familiares contribuíram para a lógica de dominação. Na base desse processo, a presença da mulher indígena como elemento essencial para formação das primeiras famílias, consolidadas através do poder da Igreja, mas que também conseguiram moldar a estrutura social do Brasil. Dentro dela, temos uma população mestiça que vai sendo inserida na atuação de funções militares, políticas, administrativas e econômicas. É isso que Roberto Guedes debate, apresentando como a mestiçagem não foi unicamente um elemento marginal, mas uma base constitutiva das estruturas sociais, assim como a família. Uma mestiçagem cheia de fluidez e complexidades, fruto das classificações sociais variáveis de cada época.

Neste processo, algo foi sendo configurado nas trocas culturais: a linguagem e as expressões. Elementos que deram sentido ao processo de mestiçagem e que são o foco da narrativa de Eduardo França Paiva. Em seus escritos, podemos compreender como o vocabulário mestiço atuou no campo das disputas simbólicas que serviam, e ainda servem, para demarcar as identidades culturais e sociais. Uma linguagem que tem influências diversas, não somente a indígena, como também das línguas e falares de origem africano. É isso que nos mostra Yeda Pessoa de Castro, que identifica como os falares de origem banto, sudaneses, iorubá e fon estão presentes no vocabulário do brasileiro. Ela nos apresenta como nosso vocabulário é próprio e dinâmico, um legado vivo, fruto de diversas culturas que se encontraram no Brasil de outrora.

Transpondo os elementos basilares do processo de mestiçagem, é preciso entender como as dinâmicas sociais incorporavam e acomodavam as hierarquias de pessoas mestiças. Nesse contexto, Suely Almeida e Janaina Bezerra apresentam o caso da família Gomes da Fonseca, que a partir de Pernambuco consegue ser um dos casos de ascensão social, partindo de uma origem humilde: uma história que mostra como as hierarquias sociais eram moldadas a partir do poder econômico. Saindo do litoral, adentramos o Nordeste do Brasil; nele, Helder Medeiros analisa como nos séculos XVIII e XIX os sertões foram palco constante da complexidade das identidades mestiças. Um sertão polissêmico e construído como um espaço de fronteira e muitos outros contatos, alguns diferentes do que acontecia nos grandes centros urbanos.

Espaços litorâneos como o Rio de Janeiro, que abrigou um dos maiores fluxos de escravizados no Brasil e que também foi palco de mestiçagens. Ao menos é o que apresenta Jonis Freire, que, ao analisar registros de batismos do século XIX, identifica uma complexidade de termos que funcionavam como instrumentos de controle social e demarcação de espaços de negociação, agência e mobilidade social para pessoas mestiças. Ainda no século XIX, há a história do poeta e dramaturgo João de Brito, que na Bahia tem sua peça cancelada por ordem do presidente da província. Ao analisar a trajetória do artista, Lizir Arcanjo Alves identifica como a população mestiça contestava, por meio da arte, as limitações impostas pela lei imperial para homens e mulheres que tinham sua ascendência marcada pelo cativo.

Tal diversidade de abordagem da mestiçagem é identificada por Hendrik Kraay, que lança seu olhar em uma temática pouco explorada: os escravizados brancos. O sucesso da obra *A escrava Isaura* serve de base para mostrar, através de casos reais, os ideais de pureza racial. Os brancos cativos, conforme identificou, eram vistos de forma diferente, com ações voltadas para libertação desses cativos, em uma ação de caridade e compaixão. Tudo fruto de um possível desconforto causado pela brancura cativa, uma condição que era vista como algo “fora do lugar”. Seguindo nas pesquisas aqui apresentadas, Jefferson Cruz analisa como a mestiçagem foi tradicionalmente narrada pelas elites intelectuais brasileiras.

Em sua crítica, o autor apresenta uma perspectiva afrocentrada, na qual propõe uma abordagem da mestiçagem não como um apagamento, mas como um campo de lutas e resistências. Elementos que, somados aos lugares de memória e disputas políticas e estéticas, valorizam e reconfiguram sentidos da identidade nacional forjada no alvorecer do século XX.

Abarcando uma das práticas que unem povos, a alimentação, Amâncio Cardoso e Samuel Albuquerque examinam como os encontros entre os povos originários, africanos e europeus estão materializados na mesa do brasileiro. Os autores defendem a culinária como um saber ancestral, que reúne memórias, afetos e resistências que abarcam não somente o paladar, como também a política, em uma narrativa na qual a comida expressa formas de conhecimento e sociabilidade oriundos das mestiçagens. Encerrando nossa coletânea, Alipio de Sousa Filho ratifica que a mestiçagem é um elemento que vai além da mistura biológica. Em sua narrativa, o autor compreende tal fenômeno como algo que é interseccionado por práticas sociais, valores, crenças e costumes, desafiando assim as noções de pureza racial, de extremos, e defendendo que as mestiçagens devem ser valorizadas como um bem cultural e uma marca social do Brasil.

Como vimos, os textos que compõem a coletânea apresentam temas diversos, percorrendo espaços e contextos que são marcados por mestiçagens biológicas e culturais. São análises que contam com documentos históricos, cartas, jornais, relatos de viagens e diversas fontes que podem ajudar na compreensão do Brasil plural. Um Brasil que possa buscar conviver com suas diferenças, tendo nelas elementos de conexão, sem separações dentro de grupos que são uma maioria minorizada. Afinal, são estes as principais vítimas das desigualdades históricas que marcam a história do Brasil. Fica o convite para uma leitura sobre nosso passado que ainda é tão presente.

Mary del Priore e Gian Melo

Por que uma história das mestiçagens no Brasil?

Mary del Priore

Gian Melo

Porque ela é obrigatória. Afinal, estamos falando da maioria da população brasileira, e isso, comprovadamente, desde o censo de 1872, quando pardos já eram 38,3% da população; os brancos, 38,1%; e os pretos, 19,7%. Sim, o Brasil é pardo. Nem preto nem branco, mas pardo. Ainda que para os dados de contagem do IBGE a soma de pretos e pardos formem o grupo de Negros, os pardos são pensados historicamente como categoria específica, cuja construção advém tanto da mestiçagem quanto da ascensão econômica e social ao longo do tempo. E as mestiçagens, tanto biológicas quanto culturais no sentido mais amplo, são um fato histórico inequívoco e que não pode estar sujeito à invisibilidade. É preciso entender o pardo, como ele foi construído e continua a se construir ao longo dos tempos, formando o Brasil que conhecemos.

Segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2022, as pessoas declaradas pardas somam 92,1 milhões de brasileiros. Elas respondem por 45,3% da população brasileira, à frente de brancos (43,5%), pretos (10,2%), indígenas (0,6) e amarelos (0,4). O demógrafo Giorgio Mortara calculou que, do censo de

1872 ao de 1940, aproximadamente 59 mil brasileiros anualmente “passaram” da categoria parda para a branca. Do censo de 1950 ao de 1991, a população branca caiu constantemente e a parda cresceu. Em 1950, os pardos eram 29,5% mas, em 1991, 42,4%. Os brancos, por outro lado, diminuíram de 61,7% para 51,6%, e os pretos, de 11% para 5%. As taxas de fecundidade e mortalidade não são suficientes para explicar a alteração. O que houve nesse período foi uma grande “emigração” de “pretos” para a categoria “parda”, explica Mortara. Das pessoas de 14 a 19 anos de idade que, em 1950, se classificaram como “pretas”, cerca de 38% se reclassificaram como pardas ou brancas no censo de 1980. Entre 1991 e 2000, os pardos decresceram de 42,4% para 38,5%. Em 2010, o percentual voltou a crescer para 43,1%. O contínuo crescimento da população parda durante o século XX é descrito por alguns como o fenômeno da “pardização” do Brasil. Os pardos são mais do que a média nacional no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, isto é, nas regiões sertanejas e historicamente indígenas. O Sul é intensamente branco, mesmo quando se trate dos brancos das camadas mais desfavorecidas e pobres.

É sempre bom lembrar que o termo “pardo” aparece, há mais de quinhentos anos, no primeiro documento escrito sobre o Brasil: A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, d. João III. Diz a carta: “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”. Diogo Álvares, o Caramuru, casado com a índia Paraguaçu, deu o exemplo que foi seguido por milhares de brancos, muitos deles já mestiços e pobres, vindos da Europa, no início da colonização. Enquanto nos Estados Unidos da América, desde 1664, as primeiras medidas contra relações interracialis eram baixadas no estado de Maryland, os exploradores bandeirantes que partiam de São Vicente para escravizar indígenas já eram mestiços. O Brasil nascia sobre o signo da diversidade nas camadas populares. No século XVIII, o termo aparece em inúmeros documentos e representava não só descendentes de africanos, mas também incluía indígenas e seus descendentes, em especial carijós e bastardos, categorizados na condição de “pardos”. Porém, não eram apenas a cor, o cabelo e as constituições físicas e faciais que determinavam a cor de um indivíduo. Seu lugar na sociedade, sua situação econômica, a região onde

morava faziam parte da leitura que era feita por quem o descrevia no cotidiano. Assim, as pessoas “enegreciam”, “embranqueciam” ou “empardeciam” dependendo do contexto. Normalmente, a pobreza as “escurecia” e a riqueza as “embranquecia”, como comprovam vários autores no volume que o leitor tem em mãos.

Ainda no Setecentos, a existência de um santo pardo levou frei Jaboatão a elaborar um discurso em que exaltava não a figura santificada, São Gonçalo Garcia, mas sua cor. Em suas palavras, proferidas em Recife no dia 12 de setembro de 1745, lê-se que “a cor parda também tem sido princípio, tronco, e origem de povos, e nações inteiras” (Jaboatão, 1758, p.190). Pensar que as questões envolvendo a cor da pele já se configuravam como algo que precisava ser defendido no Brasil de outrora mostra como ainda estamos caminhando no entendimento de nossa história. As mestiçagens não são restritas à esfera biológica: abarcam as trocas, imposições e heranças culturais em nossa língua, culinária e em várias esferas da sociedade.

Influenciada pelas teorias do branqueamento em voga no final do século XIX, mas sobretudo pelo que era visto por estrangeiros nas ruas, nos caminhos, nas estradas, nos vilarejos e nas cidades, a categoria “parda” foi substituída, no censo de 1890, pelo termo “mestiço”, considerado à época “mais objetivo”. De fato. E é curiosamente no mais eugenista dos censos, o de 1920, que a questão sobre raça desaparece da pesquisa, sob a alegação de que a autodeclaração não fornecia uma base sólida para atribuir a “raça objetiva” de alguém. No entanto, mais de 20% dos entrevistados recusaram as opções disponibilizadas (“branco”, “preto” e “amarelo”), o que denota preferência por categorias que indicassem mestiçagem. É só em 1950 que a categoria “pardo” voltou ao censo, permanecendo em quase todas as suas edições posteriores.

Ao longo de quinhentos anos, a história comprovou nossa mestiçagem constante e crescente. Se considerarmos os estudos genéticos realizados na Universidade Federal de Minas Gerais pelo pesquisador Sérgio Pena, vemos que todos os brasileiros têm ancestralidades europeia, africana e indígena. Em 2014, os brasileiros que se declararam pardos apresentaram 64,7% de ancestralidade europeia, 25,3% africana e



Figura 1.1

Homem mestiço.

Fonte: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2026.

Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101494-homem-mestico>.

Acesso em: 26 de março de 2026. Verbete da Enciclopédia.

10% indígena. Por sua vez, os que disseram ser brancos tiveram 84,6% de ancestralidade europeia, 9,7% africana e 5,6% indígena, e os negros, 53,6% africana, 38,1% europeia e 8,3% indígena. Convém, porém, observar que a falta de letramento racial por boa parte da sociedade brasileira também dificulta a autoidentificação de pardos e pretos. Atualmente se considera negro o conjunto de pessoas pretas e pardas. Esse somatório se justificaria pelo fato de que todos compartilham antepassados africanos, tornando-se vítimas propensas ao racismo e aos impactos da branquitude.

E aí está a segunda razão pela qual o estudo das mestiçagens é fundamental: o silenciamento da palavra e o apagamento dos chamados pardos. Como vimos neste livro, antes misturados à sociedade e considerados pelos viajantes do século XIX, sobretudo os ingleses, como “coloridos” – do inglês *colored* –, os mestiços passaram a ser somados ao grupo de negros. Ainda que tal soma seja feita, a especificidade dos pardos é evidente e não pode ser desconsiderada. Essa junção inicial não tem qualquer relação com as pesquisas do IBGE, mas com trabalhos de sociólogos da década de 1970: Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva utilizaram dados do censo para produzir estatísticas sobre a desigualdade racial no Brasil. Eles chegaram à conclusão de que pretos e pardos eram mais pobres do que brancos. Tratava-se apenas de uma pesquisa sobre estratificação socioeconômica. E, para isso, os dois sociólogos separaram a população em “brancos” e “não brancos”, infelizmente, uma classificação usada na África do Sul até o fim do *apartheid*, em 1994. Depois, praticamente todos os estudos sobre desigualdade racial no Brasil passaram a reunir pretos e pardos sob uma mesma categoria, sem considerar as características de cada grupo.

Na mesma década, Gilberto Freyre virou bode expiatório nas disputas acadêmicas entre o Sudeste e o Nordeste. Seu livro *Casa-grande & senzala*, escrito nos anos 1930, é o primeiro a falar da contribuição de indígenas e africanos para o desenvolvimento da então colônia portuguesa. Deixando de lado toda a sua contribuição, Freyre passou a ser fustigado por sociólogos paulistas que preferiam ver a mestiçagem como o resultado do estupro sistemático de escravizadas por seus senhores. Em um

contexto de racismo científico em que o mestiço era considerado o mais baixo da escala das raças, Freyre o resgatou e o elevou. Fazia parte do projeto político da época, era preciso integrar. Ele dava unidade ao país. O encontro de raças em seus escritos era positivo, ele unia a nação e lhe dava uma narrativa que foi necessária para o momento histórico em que o Brasil vivia no início do século XX. Como diz o ditado, “não jogue o bebê fora com a água do banho”, é preciso pontuar o que foi positivo e saber fazer a crítica de forma coerente.

Obviamente, os sociólogos marxistas ignoraram os estudos de demografia histórica e da história social sobre a estabilidade das famílias escravizadas, bem como sobre a mobilidade social de ex-escravizados no país que mais os alforriou nas Américas. Nunca leram os viajantes estrangeiros que passaram por aqui, no século XIX, impressionados com nossa mistura de cores, ou consultaram inventários e testamentos para se dar conta da mobilidade social que pardos já tinham desde ao menos o século XVIII. Ou ainda desconheciam a realidade das elites agrárias e não sabiam que o grupo de senhores de escravizados era ínfimo, impossibilitando que fossem responsabilizados unicamente pelo resultado da mestiçagem que já se vê nos séculos XVI, XVII e XVIII. O Brasil é mestiço em sua origem, foi somente com a leva de imigração para o Sudeste nos séculos XIX e XX que o cenário foi parcialmente modificado.

A consolidação do falso modelo que separa o povo brasileiro entre “brancos” e “negros” ocorreu na metade da década de 1990, quando passou a ser adotado por pesquisadores do IPEA, órgão ligado ao governo federal. Na época, presidia o Brasil o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, ele mesmo um mestiço “com o pé na cozinha”, como se autodenominava. Substituindo a nomenclatura “não brancos”, os pesquisadores do IPEA renomearam a soma de pretos e pardos como negros, em sintonia com a bandeira defendida pelo Movimento Negro. O resultado foi o aumento de “negros” no censo de 2000. Uma decisão que pode não considerar a realidade de nossa sociedade, pois o Brasil nunca foi birracial como os Estados Unidos da América, onde uma gota de sangue negro decreta a cor preta do indivíduo. Ou, como grafou Abdias do Nascimento, terra de um “genocídio programado”? Seria possível que o